

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em R\$ mil)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

SUMÁRIO

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	3
II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO ...	4
III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS.....	5
IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	6
V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	7
VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.....	9
1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
1.1 APRESENTAÇÃO	9
1.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	10
1.3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
1.4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	12
1.4.1 JULGAMENTO CRÍTICO NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA ENTIDADE.....	13
2 BALANÇO PATRIMONIAL	13
2.1 DISPONÍVEL	13
2.2 REALIZÁVEL.....	14
2.2.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	14
2.2.2 INVESTIMENTOS	14
2.3 PERMANENTE	17
2.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL	18
2.4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL.....	18
2.4.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	18
2.5 EXIGÍVEL CONTIGENCIAL	19
2.5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL.....	19
2.5.2 GESTÃO ADMINSTRATIVA.....	20
2.6 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	20
2.6.2 FUNDOS ADMINISTRATIVOS	22
3 RESULTADO DAS OPERAÇÕES	22
3.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	22
3.2 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	23
3.3 FLUXO DE INVESTIMENTOS	23
5 PARTICIPANTES.....	24
6 EVENTOS SUBSEQUENTES	25

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

ATIVO	NOTA	Exercício 2020	Exercício 2019	PASSIVO	NOTA	Exercício 2020	Exercício 2019
DISPONÍVEL	2.1	239	1.157	EXIGÍVEL OPERACIONAL		609	612
				Gestão Previdencial	2.4.1	434	427
				Gestão Administrativa	2.4.2	175	186
REALIZÁVEL		127.847	120.046	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.6.1	129.667	122.882
Gestão Administrativa	2.2.1	13	8	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		125.787	119.273
Investimentos	2.2.2	127.834	120.038	Provisões Matemáticas		125.787	119.273
Fundos de Investimentos		127.834	120.038	Benefícios Concedidos		13.435	10.534
PERMANENTE	2.3	2.190	2.291	Benefícios a Conceder		112.352	108.739
Imobilizado		2.123	2.206	Fundos		3.880	3.608
Intangível		67	85	Fundo Administrativo	2.6.2	3.880	3.608
TOTAL DO ATIVO		130.276	123.494	TOTAL DO PASSIVO		130.276	123.494

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Povia Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF: 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %
	A) Patrimônio Social - início do exercício	122.882	108.648	13,10%
	1. Adições	22.414	25.710	-12,82%
(+)	Contribuições Previdenciais	16.760	12.912	29,80%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.348	10.279	-67,43%
(+)	Receitas Administrativas	2.255	2.124	6,19%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	51	395	-87,10%
	2. Destinações	(15.629)	(11.476)	36,18%
(-)	Benefícios	(13.595)	(9.356)	45,31%
(-)	Despesas Administrativas	(2.034)	(2.121)	-4,08%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	6.785	14.234	-52,33%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.513	13.835	-52,92%
(+/-)	Fundos Administrativos	272	398	-31,72%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	129.667	122.882	5,52%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Povia Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF: 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

- PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	119.273	105.438	13,12%
	1. Adições	20.114	23.233	-13,42%
(+)	Contribuições	16.766	12.954	29,43%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.348	10.279	-67,43%
	2. Destinações	(13.601)	(9.398)	44,72%
(-)	Benefícios	(13.595)	(9.356)	45,31%
(-)	Custeio Administrativo	(6)	(42)	-86,24%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.514	13.835	-52,92%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.514	13.835	-52,92%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	125.787	119.273	5,46%
	C) Fundos não Previdenciais	3.880	3.608	7,53%
(+/-)	Fundo Administrativo	3.880	3.608	7,53%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Povia Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF: 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

- PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
1. Ativos	130.101	123.308	5,51%
Disponível	150	1.125	-86,63%
Recebível	3.880	3.608	7,53%
Investimento	126.070	118.575	6,32%
Fundos de Investimento	126.070	118.575	6,32%
2. Obrigações	434	427	1,74%
Operacional	434	427	1,74%
3. Fundos Não Previdenciais	3.880	3.608	7,53%
Fundos Administrativos	3.880	3.608	7,53%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	125.787	119.273	5,46%
Provisões Matemáticas	125.787	119.273	5,46%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Povia Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

• PGA CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.608	3.210	12,41%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.306	2.519	-8,46%
1.1. Receitas	2.306	2.519	-8,46%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6	42	-86,24%
Custeio Administrativo dos Investimentos	288	329	-12,55%
Receitas Diretas	1.962	1.752	11,93%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	51	395	-87,18%
2. Despesas Administrativas	(2.034)	(2.121)	-4,07%
2.1. Administração Previdencial	(1.966)	(2.053)	-4,25%
Pessoal e encargos	(509)	(555)	-8,43%
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	(39)	-86,40%
Viagens e estadias	(16)	(47)	-64,98%
Serviços de terceiros	(557)	(475)	17,36%
Despesas gerais	(650)	(756)	-14,06%
Depreciações e amortizações	(103)	(55)	87,70%
Tributos	(126)	(126)	-0,60%
2.2. Administração dos Investimentos	(68)	(67)	1,34%
Serviços de terceiros	(68)	(67)	1,34%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	272	398	-31,83%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	272	398	-31,83%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.880	3.608	7,53%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Povia Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

- PLANO Adv-PREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+4)	126.221	119.700	5,45%
1. Provisões Matemáticas	125.787	119.273	5,46%
1.1. Benefícios Concedidos	13.435	10.534	27,54%
Contribuição Definida	13.435	10.534	27,54%
1.2. Benefícios a Conceder	112.352	108.739	3,32%
Contribuição Definida	112.352	108.739	3,32%
Saldo de contas - parcela participantes	112.352	108.739	3,32%
4. Exigível Operacional	434	427	1,74%
4.1. Gestão Previdencial	434	427	1,74%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Povia Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF: 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 APRESENTAÇÃO

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, estruturada na forma do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 329, de 01 de março de 2006, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores a OAB-GO – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás, CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Tocantins, CAATO – Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

O OABPrevGO/TO tem sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPrevGO/TO tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitando a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões advindas da terceirização de plano de cobertura de benefícios de risco e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrevGO/TO não distribui dividendos, aplica seus recursos em observância a Resolução CMN 4.661 de 25/05/2018 e mantém a escrituração de suas

receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 são apresentadas pelo OABPrevGO/TO de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às EFPCs, (ITG 2001) aprovada pela Resolução CFC Nº 1.272/10 referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que for pertinente, a legislação específica, que compreendem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores (PREVIC) das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 18 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações sendo a mais recente a IN MPS/PREVIC nº11 de 03 de dezembro de 2018.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

O OABPrevGO/TO apresenta mensalmente os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além do balancete consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela EFPC, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador vide regulamentação.

Todos os valores das demonstrações contábeis estão apresentados em milhares de reais e os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram apreciadas pela Diretoria Executiva em 18 de fevereiro de 2021.

1.3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Contabilidade do OABPrevGO/TO é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações

consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do OABPrevGO/TO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o fundo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil que é a moeda funcional da EFPC.

Mudança de práticas contábeis

O OABPrevGO/TO adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil são evidenciadas em notas explicativas quando aplicável, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

a) Registros contábeis das contribuições de participantes

Os registros contábeis relativos as contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escrituradas com base no regime de caixa, de acordo com Art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 29 de 13 abril de 2018.

b) Reconhecimento de resultados

O regime adotado para todos os registros contábeis, como receitas, despesas, adições, deduções e variações positivas e negativas, foi de Competência do Exercício, isso significa que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

c) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de

acordo com a expectativa de vida útil dos bens.

A EFPC mantém controles individuais dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado, através de sistema eletrônico de controle patrimonial, onde estão registrados o valor e a data da aquisição, a depreciação acumulada, o valor da reavaliação, quando apropriada, o valor atualizado e a data da baixa, e efetuou inventário físico dos bens patrimoniais.

d) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança, tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (provável perda), observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

A administração, baseada em relatórios dos seus advogados externos, não identificou situação que se enquadre nas condições acima não havendo a necessidade de provisões de tais naturezas.

e) Comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios de caráter previdencial é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão, não sendo o caso do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Goiás (Adv-PREV) pois o mesmo se caracteriza como contribuição definida.

1.4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos

e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

1.4.1 JULGAMENTO CRÍTICO NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA ENTIDADE

a) Provisões matemáticas.

As provisões matemáticas equivalem ao compromisso atual do plano de benefícios para com seus participantes e assistidos, devidamente constituídas por contribuições e atualizadas pela rentabilidade auferida, conforme nota técnica atuarial do plano, sob responsabilidade do atuário legalmente habilitado, sendo formado por:

Benefícios Concedidos - compromissos já assumidos pelo plano em favor de seus assistidos; e

Benefícios a Conceder - compromissos assumidos em favor de seus participantes que ainda não entraram em gozo de benefícios.

Registra valores com regras específicas de constituição e destinação, conforme demonstrado a seguir:

Previdencial – tendo em vista a modalidade do plano, estruturado em Contribuição Definida, sua constituição ocorre pelas contribuições básicas e eventuais efetuadas pelos participantes, bem como pelo aporte de capital segurado da seguradora contratada, este em caso de sinistros de invalidez total e permanente ou morte daqueles participantes que tenham efetuado contribuições específicas para tais fins.

Administrativo – é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e seus rendimentos dos investimentos e os gastos realizados pela Entidade. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade; e

2 BALANÇO PATRIMONIAL

2.1 DISPONÍVEL

A denominação disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito. Em 31 de

dezembro os saldos eram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Banco CREDJUR	190	606
Santander	1	112
Banco do Brasil	-	108
Caixa Econômica Federal	9	43
Banco Itaú	1	251
Bancos Conta Movimento	200	1.120
Vinculado – CREDJUR cotas	39	37
Disponível	239	1.157

2.2 REALIZÁVEL

2.2.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recursos a receber do programa de gestão administrativa junto a terceiros e apresentava os seguintes saldos:

	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2020	2019
Contas a receber – adiantamento de férias	11	-
Contas a receber – adiantamento a consultores	-	5
Despesas Antecipadas – prêmio de seguros	2	3
Gestão Administrativa	13	8

2.2.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano administrado pela entidade seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais aplicáveis às EFPC

em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 bem como a Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Em 31 de dezembro o OABPrevGO/TO possuía em sua carteira, cotas de fundos de investimentos, baseados no disposto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

A composição da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era a seguinte:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Investimentos	127.834	120.038
Fundos de Investimentos	127.834	120.038
Referenciado	16.206	16.476
Itaú Soberano DI LP	16.206	16.476
Renda Fixa	507	4.235
BB Previdenciário RF IRF-M Título	-	2.608
Delta Crédito Privado FIC FIRF	139	887
Novero FIRF Credito Privado Imobiliario	368	739
Ações	19.431	17.531
Moat Capital Fundo Investimento	6.076	4.433
Santader FI Ibovespa Ativo	2.705	2.077
Constancia Fundamento FIA	5.226	5.573
Brasil Capital 30 FIC de FIA	5.424	5.446
Multimercado	91.290	81.797
Mongeral Aegon OABPREVGO FI	43.250	39.509
TC OABPREVGO/TO	-	-
Vinci OABPREVGO/TO	48.040	42.288
Imobiliário	400	-
São Francisco FII	400	-

O Fundo DELTA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA, CNPJ 24.612.944/0001-88, é um fundo de baixa liquidez, está fechado para resgate e possui provisões para perda de créditos de liquidação duvidosas efetuadas pela administração do

próprio fundo, por esta razão registrou variação de rentabilidade negativa durante todo o ano de 2019 e 2020.

Vale ressaltar que:

- I) em março de 2020 o Administrador do Fundo (BNY Mellon) comunicou via documento “Fato Relevante”, o impacto negativo equivalente a 81,63% do patrimônio líquido do Fundo, em virtude da reavaliação do preço de venda forçada do imóvel Fazenda São Marcos III localizada na Rodovia BR-242, Município de Barreiras – Estado da Bahia, que constitui o lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliário da 9ª Emissão da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., ativo adquirido por fundo de investimento no qual este FUNDO investe seus recursos.
- II) no fechamento de dezembro de 2020 o fundo sofreu novo impacto negativo na ordem de 7,94% do seu patrimônio líquido decorrente da reprecificação do imóvel Fazenda São Marcos III localizada na Rodovia BR-242, Município de Barreiras – Estado da Bahia, que constitui o lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliário da 9ª Emissão da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., ativo adquirido por fundo de investimento no qual este FUNDO investe seus recursos.

O fundo TREK FIRF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO, CNPJ 15.862.639/0001-53, também é um fundo de baixa liquidez e também foi afetado por provisões para perda de créditos de liquidação duvidosas efetuadas pela administração do próprio fundo, por esta razão registrou variação de rentabilidade negativa durante o ano de 2019 e 2020.

Vale destacar que o Gestor (Trek Investimentos Ltda) realizou, em julho de 2020, uma amortização paga em ativos (cotas) do Fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, no valor de R\$ 401.582,61, por estratégia do Gestor, a fim de que os cotistas do Fundo TREK FIRF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO, pudessem exercer a garantia da alienação fiduciária de debêntures vencidas. Desta forma, a Entidade passou a ser cotista do fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, sem impacto financeiro, dado que a queda na cota do Fundo TREK FIRF CRED PRIV IMOBILIARIO foi compensada com o recebimento de mesmo valor de cotas do Fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO.

Atualmente o valor contábil dos três fundos citados correspondem a 0,72% da carteira de investimentos do Plano Adv-PREV e estão aderentes ao orçamento de risco da Entidade. A gestão da OABPrevGO/TO acompanha o processo de

recuperação judicial dos citados fundos, para tomar as medidas cabíveis que julgar necessárias.

Dentre os ativos pertencentes a carteira de investimentos dos Fundos exclusivos, VINCI OABPREVGO/TO FIM e MONGERAL AEGON OABPREVGO FIM, existem títulos públicos que foram marcados na curva, ou seja, com objetivo de serem mantidos até o vencimento, cujo valor do montante aplicado é de R\$ 6.978.361,24, ao qual representa 5,46% do patrimônio aplicado em Fundos de Investimentos da carteira da Entidade.

2.3 PERMANENTE

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados e estão contabilizados ao custo de aquisição, ajustado por depreciações de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem:

Valores em R\$ mil		
DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Imobilizado	2.190	2.291
Operacional Corpóreo	2.190	2.291
Bens Móveis	174	204
Computadores	12	15
Custo	58	57
(-) Depreciação Acumulada	(46)	(42)
Sistemas Operacionais	2	3
Custo	8	8
(-) Depreciação Acumulada	(6)	(5)
Móveis e Utensílios	119	139
Custo	212	212
(-) Depreciação Acumulada	(93)	(73)
Máquinas e Equipamentos	42	47
Custo	75	74
(-) Depreciação Acumulada	(34)	(27)
Bens Imóveis	1.950	2.002
Salas Comerciais	1.950	2.002
Custo	2.007	2007
(-) Depreciação Acumulada	(57)	(5)
Intangível	67	85
Custo	93	93,00
(-) Amortização	(26)	(8)

2.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

2.4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, as retenções a recolher incidentes sobre estes, os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados, e com vencimento em janeiro. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentava os seguintes valores:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Gestão Previdencial	434	427
Benefícios a Pagar	18	14
Saldo de Resgate a Pagar	18	14
Retenções a recolher	109	102
IRRF s/ Benefícios renda continuada	29	22
IRRF s/ Benefícios Pagamento Único	80	80
Obrigações Contratadas	294	297
Seguros e Previdência Contratada	294	297
Outras Exigibilidades	13	14
Provisões para ajuste de cotas	9	10
Outras Exigibilidades	4	4

2.4.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos a pagar assumidos pela entidade, inclusive as provisões de férias dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Gestão administrativa	176	190
Contas a pagar	167	183
Salários e Encargos	79	68
Fornecedores	87	112
Retenções a Recolher	3	3
Tributos a Recolher	7	4
Pis/Cofins	7	4

2.5 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Tendo em vista que não há qualquer ação judicial, em que a Entidade figure como parte, com o risco classificado como “provável”, não existe, nas demonstrações financeiras da Entidade, qualquer provisão contábil, à título de exigível contingencial.

Entretanto, registramos abaixo duas ações judiciais nas quais a Entidade figura como parte com risco classificado como “possível”.

2.5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

A Entidade é polo passivo com responsabilidade subsidiária juntamente com a Cia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, em um processo judicial de nº 0156131-85.2016.8.06.001, no montante de R\$ 291 mil.

Conforme previsão contratual entre a Entidade e a citada Seguradora em sua Cláusula Nona, Item 9.4, eventuais demandas ajuizadas pelos participantes ou beneficiários do plano Adv-PREV contra a OABPrevGO/TO, tendo por objeto, direta ou indiretamente, a restituição das contribuições relativas à contratação parcela adicional de risco ou pagamento de sinistro, serão de responsabilidade exclusiva da MONGERAL AEGON, cabendo-lhe indenizar a OABPrevGO/TO pelos custos de eventual condenação e despesas processuais que lhe sejam impostos após o trânsito em julgado.

2.5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Entidade é réu em Reclamatória Trabalhista sob o processo de número 0010239-09.2020.5.18.0011. Valor da causa (pedido) de R\$ 86.684,77.

2.6 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Registra valor equivalente às Provisões Matemáticas que correspondem ao somatório das contas individuais mantidas em favor dos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Goiás (Adv-PREV) (CNPB 2006000829).

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes e assistidos, seja perante os órgãos públicos e o próprio OABPrevGO/TO.

As provisões matemáticas de encerramento do exercício de 2020 foram apuradas pelo atuário Rafael Porto de Almeida, MIBA nº 1.738, da consultoria Lumens Atuarial contratada pela EFPC. Os valores registrados nestas rubricas constam do parecer elaborado pelo atuário e encontram-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Observado o referido parecer, as provisões matemáticas apresentam em 31 de dezembro os seguintes valores:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Provisões Matemáticas	125.787	119.273
Benefícios concedidos	13.435	10.534
Benefícios a Conceder	112.352	108.739
Patrimônio de Cobertura do Plano	125.787	119.273

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foi realizada avaliação atuarial no Plano de Benefício Previdencial, por pessoa jurídica legalmente habilitada e o resultado está contabilizado no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento do plano de benefícios é o de capitalização, pelo método da capitalização individual.

Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefícios.

Premissas atuarias

Observada a contratação da Lumens Atuarial, que assumiu a responsabilidade técnica do plano de benefícios a partir do mês de janeiro de 2020, em nome dos profissionais Rafael Porto de Almeida, MIBA nº 1.738 e Karen Tressino, MIBA nº 1.123, foram realizados estudos estatísticos para se verificar as hipóteses atuariais que deverão vigor a partir de 1º de abril de 2021, conforme formalizado em Ata de Reunião do Conselho Deliberativo de 28 de janeiro de 2021.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, informa-se que tais hipóteses não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para composição do fator de conversão dos saldos individuais em renda mensal continuada.

Assim, fundamentados nos referidos estudos, foram definidas as seguintes hipóteses:

Vigência das hipóteses*	2020	2019
Taxa real de juros	4,09% a.a	4,19% a.a
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSSB – 2015 – F	AT-2000 – F suav 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	BR-EMSSB – 2015 – F	AT-2000 – F suav 10%

* Conforme deliberação, as hipóteses serão mantidas.

Destaca-se ainda que a taxa de juros de 4,09% ao ano foi adotada em observância da Portaria nº 337/2020 e que a tábua de mortalidade adotada para apuração da expectativa de vida a compor o fator de conversão é publicada pela Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP, sendo adequada aos participantes do plano de benefícios, conforme demonstrado em testes de aderência.

2.6.2 FUNDOS ADMINISTRATIVOS

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

R\$ MIL			
Descrição	2020	Constituição	2019
Fundos Administrativos	3.880	272	3.608
Plano de Gestão Administrativa	3.880	272	3.608

Para fins de consolidação das demonstrações a Participação no Plano de Gestão Administrativa (PGA) é eliminada por meio do Balancete de Operações comuns, assim o somatório das contas patrimoniais do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa deve ser deduzido do saldo do Fundo Administrativo:

R\$ mil	31/12/2020		31/12/2019	
Descrição	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
PLANOS/CONTAS	Particip. no PGA	Particip. no Fdo Adm	Particip. no PGA	Particip. no Fdo Adm
PLANO OABPREV-GO	3.880	(3.880)	3.608	(3.608)
ELIMINAÇÃO	(3.880)	3.880	(3.608)	3.608
CONSOLIDADO	-	-	-	-

3 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

3.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

O resultado do plano de benefícios previdenciários no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios e acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído, estruturado na modalidade de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, por meio da constituição ou reversão de provisões matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

Conforme mencionado, baseados em estudos estatísticos de aderência das hipóteses atuariais realizados pela Lumens Atuarial em 2019, foi adotada em 2020 a tábua BR-EMSSB – 2015 – F publicada pela SUSEP para apuração da expectativa de vida dos participantes.

Tal hipótese, será mantida em 2021 por ter sido demonstrada sua aderência em novos estudos elaborados em novembro de 2020.

Quanto à taxa de juros, a Instrução Normativa PREVIC nº 33 de 23 de outubro de 2020 estabelece que o plano de benefícios que apresente benefício com características de contribuição definida e utilize taxa real anual de juros em seu cálculo deve adotá-la dentro do intervalo regulatório estabelecido, considerando a duração de dez anos

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro de que trata a referida Instrução, observada a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, segundo a Portaria nº 337/2020, é de 5,32% a.a., sendo o limite inferior do intervalo de 3,72% a.a. e o limite superior de 5,72% a.a.

Diante do intervalo estabelecido pela referida portaria e com base na política de investimentos para o ano de 2021, ficou definida a manutenção da taxa de juros de 4,09% como hipótese a ser utilizada na composição do Fator de Conversão dos saldos individuais e rendas continuadas.

3.2 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O custeio das despesas administrativas do OABPrevGO/TO utilizou como fontes de recursos os valores correspondentes ao custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela terceirização de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à Administração da Entidade são registradas pelo plano de gestão administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto por meio de rateio entre os programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

3.3 FLUXO DE INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das

variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Em 2020, a variação da cota representou 2,69% de rentabilidade sobre os investimentos do plano Adv-PREV. Performando 28% do índice de referência (INPC + 4,09% a.a.), que fechou em 9,74% no ano.

Vale destacar que o cenário econômico de 2020 sofreu grandes impactos e o grande marco foi alta volatilidade nos preços dos ativos na bolsa de valores, devido às incertezas com pandemia do Corona Vírus, o que ocasionou quedas significativas no índice Ibovespa no decorrer do ano. Em consequência, como os fundos de renda variável registraram impactos negativos, o reflexo resultou no retorno acumulado inferior ao índice de referência.

4 FATOS RELEVANTES

Ao se comparar as aplicabilidades das regras contábeis entre os exercícios 2019 e 2020, vale ressaltar que, em decorrência da alteração do desenho de gestão administrativa terceirizada para gestão própria e conseguinte, distrato com a empresa MAAB - MONGERAL AEGON ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, que se deu em 31.12.2019, com a qual a Entidade mantinha contrato de gestão de passivo, incluindo, dentre outros profissionais, o Contador e a prestação de serviços contábeis. Ao longo do ano de 2019, a OABPrevGO/TO foi se adaptando ao modelo de gestão internalizada e com essa ação veio a necessidade de segregar as áreas de gestão e controle, resultando assim na contratação da empresa PRP Soluções Contábeis LTDA, representada pelo Sr Júlio César Medeiros Pasqualetto, CRC RS-047048/O-0, responsável técnico pelos trabalhos contábeis, desde a competência 09/2019.

5 PARTICIPANTES

Em 31 de dezembro de 2020, a OABPrevGO/TO contava com 5.134 participantes inscritos no Plano Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB-GO e da Casag, sendo 39 Assistidos, 34 Pensionistas e 5.061 ativos.

Quantidade	Ativos		Assistidos		Pensionistas		Total Participantes	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total Participantes	5.061	5.121	39	33	34	23	5.134	5.177
Participantes	5.061	5.121	39	33	34	23	5.134	5.177

6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução PREVIC – IP nº 31, estabelecendo mudanças na estrutura contábil das entidades fechadas de previdência complementar com vigência a partir do exercício de 2021. Dentre as principais mudanças estão: i) Reclassificação dos contratos de dívidas com as patrocinadoras que estavam sendo registrados no passivo passarão a ser registrados no ativo, , que no caso da OABPREV- GO não terá reflexo nas contas patrimoniais, pois não possui dívidas contratadas no passivo da entidade; ii) Estrutura de contas de investimentos de forma detalhada com provisão específica para cada grupo de ativos; iii) Padronização dos contratos de riscos terceirizados; iv) Eliminação da classificação de despesas Previdenciais e Investimentos, Comuns e específicas e Físicas e Jurídicas, dentre outras.

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

Tabajara Francisco Pova Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF: 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437